



Universidade de Cuiabá
Programa de Pós-Graduação em Biociência Animal
Área de Concentração Saúde Animal

VANESSA BERGO HIDALGO DOLCE

PREVALÊNCIA DE “AUTOMEDICAÇÃO” DESCRITA NA ANAMNESE DE
CÃES E GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIC –
UNIVERSIDADE DE CUIABÁ/MT

VANESSA BERGO HIDALGO DOLCE

PREVALÊNCIA DE “AUTOMEDICAÇÃO” DESCRITA NA ANAMNESE EM CÃES
E GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIVERSIDADE DE
CUIABÁ/MT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Biociência Animal, da Universidade de Cuiabá – UNIC como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mendes Amude.

Cuiabá, 2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D662p Dolce, Vanessa Bergo Hidalgo.

Prevalência de “automedicação” descrita na anamnese em cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá/MT. / Vanessa Bergo Hidalgo Dolce. – Cuiabá, 2014.
39 f. : il.

Dissertação apresentada à Universidade de Cuiabá, para obtenção do título de Mestre em Biociência Animal.

Orientador: Orientador: Prof. Dr. Alexandre Mendes Amude

1. Medicina Veterinária. 2. Medicamento. 3. Antibiótico. 4. Anti-inflamatório. I. Título. II. Universidade de Cuiabá.

CDD 636

PREVALÊNCIA DE “AUTOMEDICAÇÃO” EM CÃES E GATOS ATENDIDOS NO
HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIVERSIDADE DE CUIABÁ/MT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Biociência Animal, da
Universidade de Cuiabá – UNIC como requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Mendes Amude - UNIC
Orientador

Prof^a. Dr^a. Ana Helena Benetti Gomes – UNIC

Prof^a. Dr^a. Michelle Igarashi - UFMT

Cuiabá, ____ de _____ de 20__.

Conceito Final: _____

RESUMO

DOLCE, V. B. H. Prevalência de “automedicação” em cães e gatos atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá/MT. 2014. 39 f. Dissertação (Mestrado Biociência Animal) – Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2014.

A automedicação em medicina veterinária consiste na administração de fármacos pelos proprietários aos seus animais, sem a prescrição do médico veterinário. Esta conduta pode gerar problemas de diversas naturezas (tóxicas, interações medicamentosas e reações adversas), magnitudes (leve, moderada, grave e letal) e evolução (hiperaguda, aguda, subaguda e crônica). A longo prazo, problemas crônicos relacionados a automedicação pode ocorrer devido à administração do fármaco inadequado e/ou pelo uso de dosagens erradas. O presente trabalho foi realizado com o objetivo de avaliar a prevalência de automedicação dentre casos atendidos na área de clínica médica de pequenos animais no Hospital Veterinário da UNIC - Universidade de Cuiabá/MT, no período de fevereiro a novembro de 2013. Observou-se através da anamnese que os animais tinham sido automedicados por indicação de vizinhos e parentes dos proprietários, atendentes de pet shop, casa agropecuária ou pelo próprio dono. As classes de medicamentos mais utilizadas foram em sua maioria os antimicrobianos seguidos dos anti-inflamatórios não-esteroidais e anti-inflamatórios esteroidais. Uma parte dos entrevistados não soube informar a medicação que tinha sido administrada ao animal de companhia. Observou-se que a prevalência das classes medicamentosas citadas assemelha-se à automedicação em humanos, assim como os motivos clínicos que levaram a automedicação, sendo mais relacionados aos sinais gastrintestinais e respiratórios. Em animais, não há estudos que envolvem o assunto em questão; desta forma, o presente trabalho representa o primeiro a abordar e estudar essa temática, tão importante dentro do cenário da medicina veterinária.

Palavras-chave: Automedicação. Medicamentos. Antibióticos. Antiinflamatório.

ABSTRACT

DOLCE, V. B. H. Prevalence of “self-medication” in dogs and cats admitted at the veterinary teaching hospital from University of Cuiabá/MT. 2014. 39 f. Dissertation (Animal Bioscience Masters Degree) – University of Cuiabá, Cuiabá, 2014.

In veterinary medicine, self-medication consists of drug administration to the pet by their owner without a doctor prescription. This behavior can cause problems of many different degrees of severity, such as possible intoxication, adverse reaction, drug interaction and long-term chronic problems due to inappropriate drug usage or incorrect dosage. The purpose of this study was to evaluate the prevalence of self-medication among the cases treated at the medical clinic of small animals in the Veterinary Hospital of UNIC – University of Cuiabá/MT, during the period between February and November, 2013. We found by anamnesis that the animals had been self-medicated based on the recommendation of neighbors, relatives, pet shop attendants, stores or by the owner’s initiative. The most used medication classes were antimicrobial drugs, followed by non-steroidal and steroidal anti inflammatories. Some of the interviewed owners were not able to inform what type of medication had been administered to their pet. We found that the prevalence of the above mentioned medication classes are similar to self-medication in humans, as well as the clinical signs caused by them, such as respiratory and digestive signs. There are few studies about this subject on animals; for this reason, this study presents a new overview regarding this very important subject within veterinary medicine.

Keywords: Self-medication. Medication Classes. Veterinary Medicine. Irrational Use of Medication.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Frequência absoluta e frequência relativa dos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), de acordo com a idade 31
- Tabela 2. Frequência absoluta e frequência relativa dos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), de acordo com o peso 33
- Tabela 3. Localidade onde vivem os animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC)37

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Porcentagem de animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC) de acordo com a raça, no período de fevereiro a novembro de 2013, cujos proprietários foram entrevistados31
- Figura 2. Fármacos utilizados nos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro de 2013, cujos proprietários foram entrevistados32
- Figura 3. Indicação de medicamentos feita por vizinho, parente, próprio dono, atendente de pet shop ou casa agropecuária e médico veterinário aos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro34
- Figura 4. Duração do tratamento realizado nos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro de 2013, cujos proprietários foram entrevistados35
- Figura 5. Principais queixas dos proprietários dos animais avaliados no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro de 2013.....36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	11
1	UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO: CONCEITOS.....	11
2	PRINCIPAIS CONCEITOS SOBRE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS.....	14
2	FARMACOVIGILÂNCIA E REAÇÕES ADVERSAS À MEDICAMENTOS	16
1	PRINCIPAIS CLASSES MEDICAMENTOSAS EMPREGADAS NA AUTOMEDICAÇÃO	18
24.1	AINES (Anti-inflamatórios Não-Esteroidais)	18
24.2	AIES (Anti-inflamatórios Esteroidais).....	20
24.3	Anti-Helmínticos.....	21
24.4	Vitaminas	21
24.5	Antibióticos	22
	REFERÊNCIAS	23
3	OBJETIVOS.....	25
1	OBJETIVO GERAL.....	25
1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	25
4	ARTIGO 1.....	26
	PREVALÊNCIA DE “AUTOMEDICAÇÃO” DESCRITA NA ANAMNESE DE CÃES E GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIC – UNIVERSIDADE DE CUIABÁ/MT	26
	RESUMO.....	27
	ABSTRACT	27
	INTRODUÇÃO	28
	MATERIAL E MÉTODOS	29
	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS	37
5	CONCLUSÕES	39

1 INTRODUÇÃO

Medicamento é considerado qualquer substância química empregada no organismo vivo, visando obter efeitos benéficos. São substâncias químicas destinadas a curar, diminuir, prevenir e/ou diagnosticar as enfermidades (RIBEIRO et al., 2009).

A automedicação é um procedimento caracterizado pela iniciativa de um doente ou responsável de utilizar um produto que acredita trazer benefícios no tratamento de doenças ou alívio dos sintomas (MELLO et al., 2008).

A baixa qualidade dos serviços de saúde existentes em nosso país, aliada ao acesso limitado a medicamentos, constante aumento de preços, fraudes e falsificações de fármacos induzem a população carente do Brasil a buscar alívio para as mais diversas enfermidades junto a atendentes de farmácias e drogarias. O uso irracional de medicamentos está também relacionado ao animal que a família tem em seu ambiente, o qual acaba sendo também automedicado (LEITE et al., 2006).

O emprego indiscriminado de medicamentos em animais, sem prescrição realizada por profissional habilitado, configura-se hoje como uma das barreiras enfrentadas pela medicina veterinária (LEITE et al., 2006). A prática de automedicar e estender esta realidade aos animais de companhia é preocupante, na grande maioria dos casos há a administração de mais de um princípio ativo em um mesmo animal (SILVA et al., 2008).

Dessa forma, é frequente o registro nos consultórios, clínicas e hospitais veterinários de animais padecendo não apenas de doenças, mas também das consequências de “tratamentos” praticados por leigos, sem compromisso com a vida e o bem-estar do paciente (LEITE et al., 2006).

Há muitos anos os veterinários têm conhecimento de que as espécies respondem de maneira diferente a uma variedade de drogas. Temos como exemplo os felinos e os cães que, devido à similaridade entre eles, as doses de medicamentos usadas em gatos são muitas vezes obtidas a partir daquelas recomendadas para cães. Embora essas indicações sejam frequentemente bem-sucedidas, deve-se ter em mente as variações da farmacocinética e do metabolismo de drogas entre as espécies, que são responsáveis pelas reações adversas, o que neste caso o leigo as desconhece (ARAÚJO; POMPERMAYER; PINTO, 2000).

Associado a essa problemática, parte dos proprietários também recorrem a fármacos de uso humano, adquiridos em locais diversos, para tratamento sintomático em seus animais, piorando ainda mais o perfil da automedicação entre este grupo (LEITE et al., 2006).

Assim como em humanos, a automedicação é um ato extremamente danoso, pois pode mascarar ou impedir o diagnóstico correto de uma doença grave, podendo afetar negativamente em qualquer processo patológico e ainda provocar interações medicamentosas, reações adversas e possíveis intoxicações pelo mau uso dos medicamentos (MELLO et al., 2008).

Dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas revelam que 18,3% dos óbitos por intoxicação humana tiveram os medicamentos como agente causador, sendo que metade está relacionada à automedicação (VOSGERAU; SOARES; SOUZA, 2008). Na medicina veterinária não existem estudos nesse sentido, desta forma, este trabalho foi realizado com o objetivo de fazer um levantamento sobre a prevalência da automedicação entre os casos atendidos na área de clínica médica de pequenos animais no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá - UNIC/MT.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A automedicação pode ser compreendida como o ato de consumir medicamentos sem prescrição médica, com o objetivo de tratar doenças auto-diagnosticadas ou aliviar sintomas (VOSGERAU; SOARES; SOUZA, 2008).

2.1 UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO: CONCEITOS

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a automedicação consiste na seleção e utilização de medicamentos isentos de prescrição (sem tarja) para tratar doenças autolimitadas ou seus sintomas, estando inclusa no processo de autocuidado. Este último, por sua vez, engloba fatores como higiene (pessoal e geral), nutrição (tipo e qualidade do alimento ingerido), estilo de vida (atividade física e lazer), ambiente (condições de vida e hábitos sociais) e situação socioeconômica (renda, crenças culturais). Assim, a automedicação consiste na iniciativa de um indivíduo ou de seu responsável em usar um medicamento que poderá trazer benefícios no tratamento de doenças ou alívio imediato de seus sintomas (BECKHAUSER et al., 2010).

A automedicação é uma prática bastante difundida no Brasil e consiste na utilização de medicamentos sem prescrição médica. É uma forma de auto-atenção à saúde que para isso o paciente recorre a pessoas não habilitadas, como amigos, familiares e balconistas de farmácia. Ocorre também a automedicação orientada, na qual o indivíduo faz uso de receitas antigas, mesmo que estas não tenham sido prescritas para uso contínuo (DAMASCENO et al., 2007). Como não existem substâncias químicas totalmente seguras, considera-se que a prática seja um processo potencialmente maléfico à saúde individual e coletiva (VOSGERAU; SOARES; SOUZA, 2008).

Esta prática pode ser realizada com produtos industrializados ou remédios caseiros, e várias são as formas utilizadas, como: compartilhar remédios com outros do grupo ou familiares; utilizar sobras de antigas prescrições ou, por meio destas, comprar o mesmo medicamento; e descumprir a prescrição médica, aumentando ou diminuindo o tempo de administração, ou alterar a dosagem a ser ministrada. As razões que levam o indivíduo à automedicação são muitas. Dentre elas, destacam-

se: dificuldade para conseguir receita médica e o custo dela, limitação do poder prescritivo relacionado a poucos profissionais de saúde, falta de regulamentação e fiscalização daqueles que administram o medicamento (DAMASCENO et al., 2007).

No contexto de sistema de saúde brasileiro, no qual as demandas por atenção à saúde não são plenamente atendidas, a farmácia comunitária, que inclui estabelecimentos públicos e privados de fornecimentos de medicamentos, ocupa lugar privilegiado como estabelecimento de saúde mais acessível à população e representa um importante local de busca por atendimento primário de saúde. Nas farmácias brasileiras, a automedicação e a indicação terapêutica são práticas comuns, mesmo em caso de doenças que necessitam de exames clínicos e laboratoriais para o seu diagnóstico (NAVES et al., 2010).

A preocupação com o crescente consumo de medicamentos prende-se ao fato de que a maioria causa efeitos colaterais, muitas vezes mais graves do que a própria doença original. Esse mau uso leva ao aumento de complicações evitáveis e ao custo desnecessariamente elevado para o tratamento de inúmeros problemas de saúde advindos da prática da automedicação. Há uma tendência do aumento desta prática entre pessoas com maior grau de escolaridade, levando em conta que o conhecimento pode dar mais segurança a essa atividade. Não podemos deixar de esclarecer que o contrário também acontece, ou seja, pessoas com menor grau de escolaridade também praticam esta atividade (DAMASCENO et al., 2007).

O uso inadequado de substâncias e até mesmo drogas consideradas simples pela população, como os medicamentos de venda livre, tais como analgésicos, podem acarretar diversas consequências, como: reações de hipersensibilidade, resistência bacteriana, dependência do medicamento sem a precisão real, hemorragias digestivas, dentre outros. A intoxicação por medicamentos é responsável por 29% das mortes no Brasil e, na maioria dos casos, é consequência da automedicação. Além disso, o alívio momentâneo dos sintomas pode mascarar a doença de base podendo esta se agravar. Os sintomas mais comuns que resultam em automedicação em humanos são infecção respiratória, como espirros, congestão nasal, dificuldade respiratória, febre, dores de garganta, dores de cabeça no geral e má digestão. Os analgésicos, antitérmicos, anti-inflamatórios e antimicrobianos são os medicamentos mais utilizados (MUSIAL; DUTRA; BECKER, 2007).

A incansável busca da conscientização da população, quanto ao perigo da automedicação, pelos profissionais de saúde é de suma importância. O farmacêutico

dentro de suas habilitações é o profissional capacitado para prestar assistência e atenção farmacêutica, cujo objetivo principal é conscientizar o indivíduo/paciente que os medicamentos utilizados corretamente e sob orientação médica propiciam alívio de males que afetam a sua saúde (SOUZA; SILVA; NETO, 2008).

A cultura da desassistência farmacêutica em alguns municípios do nosso país, ou seja, a falta de serviços farmacêuticos junto à equipe multiprofissional nos sistemas públicos e privados de saúde contribui para a não informação correta da administração do medicamento ao usuário e conseqüentemente o aumento da prática da automedicação levando às reações adversas, interações medicamentosas, não adesão do paciente ao tratamento e internações hospitalares evitáveis. Isso é comprovado com o desperdício de medicamentos junto à prática da automedicação, causados também pelas “farmacinhas caseiras” (HONORATO, 2010).

Com a facilidade de compra de medicamentos sem prescrição, a prática da automedicação torna-se ainda mais acessível à população. Essa prática estende-se também aos animais de companhia, ou seja, parte dos proprietários recorre a fármacos de uso humano adquiridos em locais diversos, para tratamento sintomático em seus animais. A aplicação de substâncias de ação desconhecida ou comprovada em ferimentos e a prática rotineira da administração de remédios caseiros à base de ervas ou preparados de vegetais potencialmente tóxicos frequentemente tem levado animais a óbito. Uma das barreiras enfrentada pela medicina veterinária está relacionada com o emprego indiscriminado de medicamentos em animais sem prescrição realizada por profissional (LEITE et al., 2006).

A conduta da automedicação na medicina veterinária pode gerar problemas de diversas magnitudes como possíveis intoxicações, reações adversas, interações medicamentosas e, em longo prazo, problemas crônicos, isso pela administração do fármaco inadequado e/ou dosagens erradas (SILVA; STERZA; CAMPOS, 2009). Assim, como ocorre em humanos, pode ser um ato extremamente danoso, pois pode mascarar ou impedir o diagnóstico correto de uma doença grave, podendo afetar negativamente em qualquer processo patológico (MELLO et al., 2008).

A automedicação está presente na rotina das clínicas. Tal fato pode ser relacionado ao interesse do proprietário em tratar os sinais clínicos apresentados por seu animal, somado a facilidade de aquisição de medicamentos em pet shop, casas agropecuárias e também em farmácias humanas sem a necessidade de receituário

assinado por um médico veterinário (SILVA; STERZA; CAMPOS, 2009).

Dentre as classes dos medicamentos mais utilizados na automedicação de animais de companhia encontram-se os analgésicos, antitérmicos, anti-inflamatórios, antiparasitários, vermífugos e vitaminas que se administrados irracionalmente pode levar a danos irreversíveis (RIBEIRO et al., 2009).

Em animais de companhia, há também erros grosseiros dos proprietários na administração de produtos veterinários, como é o caso do amitraz, um acaricida bastante popular, muito utilizado no controle de carrapatos em cães. Embora o fabricante não recomende seu uso em gatos devido à alta susceptibilidade de tais animais à drogas em geral, é um acaricida barato, de fácil aquisição e eficaz no tratamento de escabiose e da demodicidose felina, o que torna factível a ocorrência de casos de intoxicação nessa espécie. A intoxicação por esta substância é frequente e considerada de baixa letalidade, porém diluições e vias de administrações incorretas, além de problemas preexistentes no animal, como cardiopatia ou *diabetes mellitus* podem complicar seriamente o quadro clínico do paciente intoxicado (ANDRADE; SANCHES; TOSTES, 2004).

A ocorrência de casos de intoxicação em animais é um fenômeno comum na rotina das clínicas veterinárias. Em relação aos agentes tóxicos os praguicidas agropecuários, principalmente os anticolinesterásicos, são os responsáveis pelo maior número de casos de intoxicações. Organofosforados e carbamatos também estão entre as principais causas de intoxicação em seres humanos e animais, sejam elas de caráter acidental ou criminoso, esse fato pode ser explicado pela ampla utilização e pela facilidade de acesso da população a essas substâncias (ALMEIDA et al., 2007).

2.2 PRINCIPAIS CONCEITOS SOBRE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

O termo interação medicamentosa se refere à interferência de um fármaco na ação de outro ou de um alimento na ação de um medicamento. Assim, quando um medicamento é associado a outro pode ter um efeito diferente do esperado, não atingindo o objetivo desejado ou provocando uma reação adversa ao paciente. As interações medicamentosas sempre foram temas de discussões entre os profissionais e os usuários de medicamentos. A polimedicação ou polifarmácia é uma prática bastante comum, o que aumenta as chances do surgimento de

interações medicamentosas que, eventualmente, podem gerar problemas de saúde para o paciente. A prevalência de interações medicamentosas em pacientes humanos que usam vários medicamentos oscila de 3% a 5% e chega até 20% ou mais em pacientes que usam de 10 a 20 medicamentos (FERRACINI; BORGES FILHO et al., 2010).

A prescrição de dois ou mais medicamentos pelo profissional da saúde é prática extremamente comum, sejam esses simultânea ou seqüencialmente administrados. Da mesma forma, interações podem ocorrer entre fármacos e outras substâncias químicas presentes no ambiente (FUCHS; WANNMACHER; FERREIRA, 2006).

É imprescindível que os pacientes que fazem uso de qualquer medicamento tomem cuidado ao consumir mais de um produto concomitantemente sem orientação médica. Apesar do efeito inofensivo de algumas drogas, sua associação com outras pode levar a reações de graves consequências (FERRACINI; BORGES FILHO, 2010).

As interações medicamentosas podem ser classificadas em farmacocinética, farmacodinâmicas e farmacêuticas ou físico-químicas. As interações farmacocinéticas irão interferir na absorção, distribuição, metabolização e excreção do fármaco. Interações farmacodinâmicas ocorrem nos sítios de ação dos fármacos, envolvendo os mecanismos pelos quais os efeitos desejados se processam. Interações farmacêuticas ou físico-químicas ocorrem *in vitro*, ou seja, antes da administração dos medicamentos no organismo do paciente (STORPIRTIS et al., 2008).

As seguintes terminologias são utilizadas para descrever as interações medicamentosas: efeito aditivo: dois medicamentos com ações semelhantes são administrados para ampliar o efeito terapêutico esperado, exemplo: propoxifeno e codeína (somatória do efeito analgésico). Efeito antagônico: um medicamento interfere na ação do outro, exemplo: tetraciclina e antiácido (diminuição da absorção da tetraciclina). Deslocamento: o deslocamento do primeiro medicamento do sítio de ligação das proteínas plasmáticas (medicamentos ligados são inativos) pelo segundo aumenta a atividade do primeiro, pois maior quantidade de medicamento não ligado encontra-se disponível, exemplo: varfarina e ácido valpróico, aumento de efeito anticoagulante. Interferência: o primeiro medicamento inibe ou induz o metabolismo do segundo, exemplo: inibição enzimática, cimetidina e amitriptilina,

ocorre retardo na metabolização e conseqüentemente diminuição da excreção da amitriptilina. Indução enzimática: fenobarbital e contraceptivos orais ocorre aumento na metabolização dos contraceptivos orais e conseqüentemente aumento na sua excreção diminuindo eficácia. Incompatibilidade: um medicamento é quimicamente incompatível com outro, ocasionando deterioração, quando ambos são misturados na mesma seringa ou solução, exemplo: ampicilina e gentamicina, onde a ampicilina inativa a ação da gentamicina (CLAYTON, 2012).

2.3 FARMACOVIGILÂNCIA E REAÇÕES ADVERSAS À MEDICAMENTOS

Farmacovigilância é o ramo da farmacoepidemiologia que avalia a relação risco/benefício tanto das drogas comercializadas quanto daquelas em qualquer etapa de desenvolvimento. É o conjunto de atividades destinadas a identificar eventos adversos produzidos por medicamentos, a quantificar seus riscos, a caracterizar estes fatores de risco, a prevenir iatrogenias e avaliar suas causas (STORPIRTIS et al., 2008).

Antes de sua comercialização, os medicamentos são submetidos a uma série de ensaios clínicos com a finalidade de estabelecer suas características farmacológicas e seus efeitos adversos. Os ensaios a que os medicamentos são submetidos antes de sua comercialização, às vezes não são capazes de detectar reações adversas de ocorrência rara, bem como reações associadas a seu uso prolongado (FERRACINI; BORGES FILHO, 2010).

Outras questões relevantes na prática da Farmacovigilância são a qualidade dos medicamentos, erros de medicação, notificações de perda de eficácia, uso de medicamentos para indicações que não foram aprovadas e que não possuem evidência científica comprovada, notificação de casos de intoxicação aguda ou crônica por medicamentos, interações medicamentosas com substâncias químicas, outros medicamentos e alimentos (STORPIRTIS et al., 2008).

O estudo da farmacovigilância tem importância especialmente no que se refere à redução do tempo necessário para se reconhecer que um medicamento pode produzir determinada reação adversa (FUCHS; WANNMACHER; FERREIRA, 2006).

Os atuais métodos de desenvolvimento de medicamentos e as modernas medidas regulatórias, prévias ao seu lançamento no mercado, vêm aumentando a

segurança dos produtos farmacêuticos. Porém, novas reações adversas a medicamentos (RAM), de importância para a saúde pública, são identificadas após o período de comercialização, necessitando de um processo adequado de monitoramento (STORPIRTIS et al., 2008). Pode-se dizer que os objetivos específicos da Farmacovigilância são: identificar efeitos indesejáveis desconhecidos, quantificar o risco de efeitos adversos associados a uso de medicamentos específicos, identificar fatores de risco e mecanismos a efeitos indesejáveis, informar e educar os profissionais da área da saúde, informar e subsidiar as autoridades sanitárias na regulamentação de medicamentos (FUCHS; WANNMACHER; FERREIRA, 2006). E ainda, melhorar o cuidado e a segurança do paciente em relação ao uso de medicamentos, melhorar a saúde pública e a segurança, contribuir na avaliação do benefício ou dano do medicamento.

As reações adversas a um medicamento podem ser classificadas de acordo com a sua severidade em leve, moderada, grave ou letal. Nas reações leves não é necessário a administração de um antagonista, não requer terapia e hospitalização. As reações moderadas requerem a mudança da droga utilizada na terapia, tratamento específico ou um aumento no tempo de internação. Nas reações graves existe alto potencial de risco de vida, causando danos permanentes, necessitam de tratamento médico intensivo. As reações letais contribuem direta ou indiretamente para a morte do paciente (FERRACINI; BORGES FILHO, 2010).

A reação adversa é o resultado da interação entre o medicamento administrado e algumas características do paciente e que determinam o padrão individual de resposta aos medicamentos. Algumas reações são determinadas, principalmente pelo medicamento (características físico-químicas e farmacocinéticas, forma farmacêutica e dose) e em outros casos pelo paciente e o medicamento. Os mecanismos intrínsecos aos medicamentos estão relacionados à dose, através da alteração do metabolismo, excreção e interações, efeitos colaterais e efeitos secundários. Os mecanismos dependentes do medicamento e das características do paciente são representados pelas reações de hipersensibilidade, de tolerância e dependência. Nem todos os pacientes possuem a mesma predisposição para apresentar reação adversa a medicamentos, que, muitas vezes, são imprevisíveis, porém existem alguns fatores de risco que contribuem para que a mesma ocorra como a idade e a farmacocinética da absorção, distribuição, metabolismo e excreção estão alterados (FERRACINI; BORGES FILHO, 2010).

Em recém-nascidos, onde alguns sistemas enzimáticos são imaturos, existe maior permeabilidade da barreira hematoencefálica, e há alteração na excreção do fármaco pela imaturidade renal. O sexo também representa fator de risco para o desenvolvimento de reação adversa, a probabilidade é maior para o sexo feminino, além da existência de outras patologias prévias que podem alterar a resposta aos medicamentos. Outro importante fator já citado é a polifarmácia, ou seja, o uso simultâneo de vários medicamentos, aumentando significativamente o risco do aparecimento de uma RAM (FERRACINI; BORGES FILHO, 2010).

2.4 PRINCIPAIS CLASSES MEDICAMENTOSAS EMPREGADAS NA AUTOMEDICAÇÃO

2.4.1 AINES (Anti-inflamatórios Não-Esteroidais)

Os inibidores da ciclo-oxigenase (COX) compreende os AINES “tradicionalis” assim como os novos coxibes que são mais seletivos para COX-2. Atualmente há mais de 50 AINEs diferentes no mercado mundial. Esses fármacos proporcionam alívio sintomático de dor, febre e inflamação. Ainda que haja diferença entre AINEs individuais, sua ação farmacológica primária está relacionada com a sua habilidade compartilhada de inibir a enzima COX de ácidos graxos, inibindo desse modo a produção de prostaglandinas e tromboxanos (RANG et al., 2012).

Os AINEs possuem como mecanismo de ação a inibição da síntese de prostaglandinas que são obtidas através do metabolismo do ácido aracdônico que se encontra nas células. Liberado pela fosfolipase o ácido aracdônico é metabolizado através de duas vias enzimáticas distintas: via das ciclooxigenases, que desencadeia a biossíntese das prostaglandinas e tromboxanos e via das lipoxigenases, responsável pela síntese de leucotrienos e outros compostos (GOODMAN; GILMAN, 2012).

Há duas isoformas comuns dessa enzima – COX-1 (constitutiva) expressa na maioria dos tecidos, inclusive nas plaquetas do sangue. Desempenha funções de “manutenção” no organismo, estando envolvida na homeostase dos tecidos, e é responsável pela produção de prostaglandinas com funções, por exemplo, de citoproteção gástrica, agregação plaquetária e autorregulação do fluxo sanguíneo renal. A COX-2 (indutiva) é induzida nas células inflamatórias quando sofrem lesão

ou infecção, ou quando são ativadas, por exemplo pelas citocinas inflamatórias, ou seja a COX-2 é responsável pela produção dos mediadores da inflamação. Existe também a possibilidade da existência de outras enzimas COX que podem gerar prostaglandinas, mas tais entidades ainda não foram completamente caracterizadas (RANG et al., 2012). Os efeitos analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios dos AINEs “tradicionais” inibem tanto a COX-1 quanto a COX-2 (RANG et al., 2012).

Na tentativa de preservar as características anti-inflamatórias, reduzindo os efeitos adversos, pesquisas foram direcionadas para a busca de representantes com maior seletividade pela COX-2 como celecoxib e valdecoxib (FUCHS; WANNMACHER; FERREIRA, 2006).

Na medicina veterinária, os conhecimentos da farmacocinética e farmacodinâmica são essenciais para a utilização dos diferentes medicamentos. Muito importante na classe dos anti-inflamatórios, em que a meia-vida de uma mesma substância difere muito de espécie para espécie, em função das diferentes vias de biotransformação e outras características. Vários fatores, como doenças associadas (principalmente as renais e hepáticas), idade dos animais (animais muito novos, sobretudo os recém-nascidos, não têm o sistema enzimático hepático suficientemente maduro, e os animais idosos possuem menor eficiência renal e hepática), entre outros, também influenciam na eficácia da dose administrada. A associação de medicamentos também é um aspecto importante da terapêutica, embora algumas delas se mostrem benéficas, a maioria leva a efeitos colaterais mais pronunciados (SPINOSA; GORNIK; BERNARDI, 2011).

Os casos de intoxicações agudas e morte pela classe dos AINEs quando administrados em animais é bastante comum pelo fato de serem medicamentos de maior emprego quando se trata da prática da automedicação. O paracetamol ou acetaminofeno, por exemplo, apresenta grandes riscos de intoxicações quando administrados principalmente em felinos devido esta espécie apresentar uma deficiência relativa na conjugação com ácido glicurônico, onde as concentrações encontram-se relativamente baixas de algumas enzimas, principalmente a glicuronil transferases. Portanto, muitas drogas que são metabolizadas por esta via apresenta uma meia-vida prolongada em gatos. Doses muito elevadas podem levar a níveis tóxicos, causando respostas farmacológicas exacerbadas ou intoxicações (ARAÚJO et al., 2000).

2.4.2 AIES (Anti-inflamatórios Esteroidais)

A classe dos AIES ou glicocorticóides exógenos como também são conhecidos, são fármacos anti-inflamatórios por excelência, e quando administrados terapêuticamente inibem tanto as manifestações precoces quanto as manifestações tardias da inflamação, ou seja, não apenas o rubor, o calor, a dor e o edema iniciais, mas também os estágios posteriores de cicatrização e reparação da lesão, e as reações proliferativas observadas na inflamação crônica (RANG et al., 2012).

Os efeitos dos glicocorticóides podem ser observados em quase todo o organismo, uma vez que influenciam a função da maioria das células. Esses efeitos dependem da produção de proteínas específicas, na sua maioria enzimas que vão catalisar reações específicas. Isso explica porque as ações desses hormônios precisam de certo tempo para ocorrer, excluindo os corticóides como drogas de primeira linha nas situações clínicas em que se desejam efeitos farmacológicos imediatos (PENILDON, 2006).

O mecanismo de ação se dá por afinidade aos receptores glicocorticóides (GR), onde realizam a atividade anti-inflamatória e imunossupressora e nos receptores mineralocorticóides (MR) onde exercem seus maiores efeitos através do receptor (MR) ao nível de túbulo coletor, causando maior reabsorção de sódio e secreção de potássio, este último com alguns representantes disponíveis em menor afinidade. Certos medicamentos com propriedades indutoras enzimáticas podem diminuir a eficácia dos glicocorticóides por aumentarem seu catabolismo, como a carbamazepina, rifampicina e o fenobarbital, onde nesses casos, pode ser necessário o aumento das doses dos corticóides. Apresentam interação também com os salicilatos aumentando sua depuração renal (PENILDON, 2006).

Os glicocorticóides são comumente prescritos na rotina clínica de animais de companhia sendo frequentemente indicados em casos de insuficiência da adrenal. Também apresentam indicações terapêuticas para doenças autoimunes, doenças brônquicas e pulmonares, traumas articulares e choques (SPINOSA et al., 2011).

O uso prolongado desta classe medicamentosa traz ao paciente tanto humano quanto animal uma série de eventos colaterais como, a síndrome de Cushing, osteoporose, estrias e acnes, desgaste e fraqueza muscular, hiperglicemia, efeitos no sistema nervoso central, supressão da resposta às infecções ou lesões, aumento do apetite e obesidade. Apesar dos benefícios em determinadas

enfermidades, o uso dos glicocorticóides pode desencadear uma série de efeitos colaterais como os citados acima tanto na espécie humana quanto animal (RANG et al., 2012).

2.4.3 Anti-Helmínticos

A terapêutica anti-helmíntica vem apresentando apreciáveis progressos desde o século passado, sobretudo nas duas últimas décadas, com a introdução de novas drogas cada vez mais próximas dos anti-helmíntico ideal, ou seja, aquele que reúna as seguintes características: 1) capacidade de alcançar o parasita onde este se encontra, no intestino, no sangue ou nos tecidos; 2) ação deletéria sobre o helminto; 3) boa tolerância pelo hospedeiro; 4) utilização em dose única ou esquemas de curta duração; 5) amplo espectro de ação, cobrindo o maior número possível de helmintos; 6) preço reduzido; 7) possibilidade de tratamento em massa, sem inconvenientes ou grandes dificuldades; 8) possibilidade de uso profilático, de forma cômoda. São vários os anti-helmínticos disponíveis no mercado entre eles temos tanto para uso humano quanto para uso na veterinária como, albendazol, cambendazol, ivermectina, mebendazol, oxipirantel, pamoato de pirantel, pamoato de pirvínio, piperazina, praziquantel, tiabendazol entre outros (PENILDON, 2006). A dosagem terapêutica e a forma de administração diferem entre as espécies. As reações adversas e contra-indicações também encontram-se presentes nesta classe medicamentosa e diferem-se entre elas por apresentarem diversos mecanismos de ação.

2.4.4 Vitaminas

As vitaminas são substâncias orgânicas que, mesmo em pequenas quantidades, são essenciais para a saúde, o crescimento, a reprodução e a manutenção das espécies animais que não possuem a capacidade de sintetizá-las totalmente ou em quantidades suficientes para a preservação das suas funções vitais. Reconhecidamente indispensáveis como importantes fatores nutricionais, as vitaminas também têm aplicações médicos-veterinárias relevantes para fins terapêuticos específicos, prevenindo ou eliminando as condições de hipovitaminoses que podem ocorrer nos animais (SPINOSA et al., 2011).

Apesar de seu inestimável papel fisiológico, as vitaminas podem causar efeitos adversos quando consumidas ou administradas em excesso, razão pela qual são estabelecidos limites de tolerância para cada uma delas. A tolerância indica a quantidade ou nível de vitamina necessário e seguro para prevenir ou tratar as deficiências nutricionais, sem causar efeitos tóxicos para o organismo. Por outro lado, deve-se também ressaltar que as vitaminas podem sofrer influência de outros componentes da dieta animal ou, ainda, da interação com medicamentos que, eventualmente, são utilizados para prevenir e/ou tratar doenças em geral. Dessa forma, o uso de vitaminas deve ser bastante criterioso, observando todos os fatores interferentes, dentre eles as condições fisiopatológicas do animal no momento da sua prescrição terapêutica (SPINOSA et al., 2011).

2.4.5 Antibióticos

O descobrimento dos antibióticos foi um grande avanço para a aplicação terapêutica tanto na medicina humana quanto na veterinária. Eles são importantes na redução da morbidade e mortalidade de doenças infecciosas. São usualmente utilizados como primeira opção no tratamento de diversas enfermidades na medicina veterinária e humana. Atualmente uma variedade de drogas com princípios ativos diferentes são encontrados no mercado (MOTA, 2005).

Como possuem grande disponibilidade acabam sendo utilizados indiscriminadamente, com isso, o aparecimento de resistência bacteriana devido ao mau uso. A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em 5 de maio de 2011 com a Resolução – RDC nº 20, dispõe sobre os medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação à necessidade de presença de prescrição pelo profissional habilitado e a retenção da receita aviada. Essa implantação surgiu devido aos malefícios ocasionados como resistências de cepas bacterianas pelo mau uso.

Com essas informações, é frequente o registro nos consultórios, clínicas e hospitais veterinários de animais padecendo não de doenças, e sim das consequências de “tratamentos” indicados por leigos sem compromisso com a vida e o bem-estar do paciente (LEITE et al., 2006).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. C. et al. Intoxicações em cães e gatos: uma análise de casuística. *Clínica Veterinária*, n. 67, p. 42-46, 2007.
- ANDRADE, F. S.; SANCHES, O.; TOSTES, A. R. Relato de cinco casos de intoxicação por amitraz em cães e gatos. *Revista Clínica Veterinária*, n. 53, p. 38-42, 2004.
- ARAÚJO, C. I.; POMPERMAYER, G. L.; PINTO, S. A. Metabolismo de Drogas e Terapêutica no Gato: revisão. *Revista Clínica Veterinária*, v. 5, n. 27, p. 46-53, 2000.
- BECKHAUSER, C. G. et al. Utilização de medicamentos na pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 28, n. 3, p. 262-8, 2010.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 20, de 5 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Informe_Tecnico_Procedimentos_RDC_n_20.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.
- CLAYTON, D. B.; STOCK, N. Y. *Farmacologia na prática de enfermagem*. 15. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DAMASCENO, D. D. et al. Automedicação entre graduandos de enfermagem, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Alfenas. *REME – Revista Min. Enf.*, v. 11, n. 1, p. 48-52, 2007.
- FERRACINI, T. F.; BORGES FILHO, W. M. *Prática farmacêutica no ambiente hospitalar: do planejamento à realização*. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- FUCHS, D. F.; WANNMACHER, L.; FERREIRA, C. B. M. *Farmacologia Clínica: fundamentos da terapêutica racional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- GOODMAN; GILMAN. *As bases farmacológicas da terapêutica*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- HONORATO, F. Assistência Farmacêutica. *Revista Phamacia Brasileira*, v.12, n. 75, p. 7-9, 2010.
- LEITE, C. L. et al. Prescrição de medicamentos veterinários por leigos: um problema ético. *Revista Acadêmica de Curitiba*, v. 4, n. 4, p. 43-47, out./dez. 2006.
- MELLO, F. P. S. et al. Incidência de automedicação em cães e gatos atendidos no hospital veterinário da PCRS de julho de 2007 a junho de 2008. *Uruguiana, RS: [s.n.]*, 2008.
- MOTA, A. R. et al. Utilização Indiscriminada de Antimicrobianos e sua Contribuição a Multiresistência Bacteriana. *Revista Braz j. Vet*, v. 42, n. 6, p. 465-470, 2005.

MUSIAL, C. D.; DUTRA, S. J.; BECKER, A. C. T. A automedicação entre os brasileiros. SaBios Revista – Saúde e Biologia, v. 2, n. 2 p. 5-8, 2007.

NAVES, S. O. J. et al. Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, supl. 1, p. 1751-1762, 2010. Suplemento.

PENILDON S. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

RANG, P. H. et al. Farmacologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RIBEIRO, S. C. R.; SILVA, M. R. T.; FILHO, F. R. J. Medicamentos mais vendidos em farmácias veterinárias sem prescrição médica análise da bula. Guaranhuns, PE: [s.n.], 2009.

SILVA, A. V. A. et al. Presença de Excipientes com Potencial para Indução de Reações Adversas em Medicamentos Comercializados no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, v. 44, n. 3, 2008.

SILVA, B. E.; STERZA, A.; CAMPOS, L. F. Automedicação em medicina veterinária estudo retrospectivo dos atendimentos da clínica escola veterinária CEVET – Unicentro DOS anos 2007e 2008. Anais... SIEPE, 2009.

SOUZA, O. W. H.; SILVA, L. J.; NETO, S. M. A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil. Revista Eletrônica de Farmácia, v. 1, p. 67-72, 2008.

SPINOSA S. H.; GÓRNIK, L. S.; BERNARDI, M. M. Farmacologia aplicada à Medicina Veterinária. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

STORPIRTIS, S. et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

VOGESRAU, S. Z. M.; SOARES, A. D.; SOUZA, T. K. R. A automedicação entre adultos na área de abrangência de uma Unidade Saúde da Família. Latin American Journal of Pharmacy, v. 27, n. 6, p. 831-838, 2008.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho foi realizado com o objetivo de fazer um levantamento sobre a prevalência da automedicação entre os casos atendidos na área de clínica médica de pequenos animais no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá - UNIC/MT no período de fevereiro a novembro de 2013.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer a prevalência de cães e gatos automeDICADOS atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá - UNIC/MT;
- Identificar as principais classes medicamentosas utilizadas na prática da automedicação em pequenos animais no Hospital Veterinário da UNIC - Universidade de Cuiabá/MT;
- Caracterizar a raça, sexo e idade de cães e gatos automeDICADOS atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá - UNIC/MT.

4 ARTIGO 1

PREVALÊNCIA DE “AUTOMEDICAÇÃO” DESCRITA NA ANAMNESE DE CÃES E GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIC – UNIVERSIDADE DE CUIABÁ/MT

PREVALÊNCIA DE “AUTOMEDICAÇÃO” DESCRITA NA ANAMNESE DE CÃES
E GATOS ATENDIDOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO DA UNIC –
UNIVERSIDADE DE CUIABÁ/MT

*Prevalence of “self-medication” in dogs and cats admitted at the veterinary teaching
hospital of University of Cuiabá - UNIC/MT*

RESUMO

In veterinary medicine, self-medication consists of drug administration to the pet by their owner without a doctor prescription. This behavior can cause problems of many different degrees of severity, such as possible intoxication, adverse reaction, drug interaction and long-term chronic problems due to inappropriate drug usage or incorrect dosage. The purpose of this study was to evaluate the prevalence of self-medication among the cases treated at the medical clinic of small animals in the Veterinary Hospital of UNIC – University of Cuiabá/MT, during the period between February and November, 2013. We found by anamnesis that the animals had been self-medicated based on the recommendation of neighbors, relatives, pet shop attendants, stores or by the owner’s initiative. The most used medication classes were antimicrobial drugs, followed by non-steroidal and steroidal anti inflammatories. Some of the interviewed owners were not able to inform what type of medication had been administered to their pet. We found that the prevalence of the above mentioned medication classes are similar to self-medication in humans, as well as the clinical signs caused by them, such as respiratory and digestive signs. There are few studies about this subject on animals; for this reason, this study presents a new overview regarding this very important subject within veterinary medicine.

Palavras-chave: Automedicação. Medicamentos. Antibióticos. Antinflamatório.

ABSTRACT

In veterinary medicine, self-medication consists of drug administration to the pet by their owner without a doctor prescription. This behavior can cause problems of many different degrees of severity, such as possible intoxication, adverse reaction, drug interaction and long-term chronic problems due to inappropriate drug usage or incorrect dosage. The purpose of this study was to evaluate the prevalence of self-medication among the cases treated at the medical clinic of small animals in the Veterinary Hospital of UNIC – University of Cuiabá/MT, during the period between February and November, 2013. We found by anamnesis that the animals had been self-medicated based on the recommendation of neighbors, relatives, pet shop attendants, stores or by the owner’s initiative. The most used medication classes were antimicrobial drugs, followed by non-steroidal and steroidal anti inflammatories. Some of the interviewed owners were not able to inform what type of medication had been administered to their pet. We found that the prevalence of the above mentioned medication classes are similar to self-medication in humans, as well as the clinical signs caused by them, such as respiratory and digestive signs. There are few studies about this subject on animals; for this reason, this study presents a new overview regarding this very important subject within veterinary medicine.

Keywords: Self-medication. Medication Classes. Veterinary Medicine. Irrational Use of Medication.

INTRODUÇÃO

Medicamento é considerado qualquer substância química empregada no organismo vivo, visando obter efeitos benéficos. São substâncias químicas destinadas a curar, diminuir, prevenir e/ou diagnosticar as enfermidades (RIBEIRO et al., 2009).

A automedicação é um procedimento caracterizado pela iniciativa de um doente ou responsável de utilizar um produto que acredita trazer benefícios no tratamento de doenças ou alívio dos sintomas (MELLO et al., 2008).

O uso irracional e indiscriminado de medicamentos está relacionada a uma série variáveis: a baixa qualidade dos serviços de saúde existentes em nosso país, aliada ao acesso limitado a medicamentos, constante aumento de preços, fraudes e falsificações de fármacos. Esses fatores induzem a população do Brasil a buscar alívio para as mais diversas enfermidades junto a atendentes de farmácias e drogarias. Esse uso irracional de medicamentos acaba afetando o animal que a família tem; parte dos proprietários também recorre a fármacos de uso humano, adquiridos em locais diversos, para tratamento sintomático em seus animais, acarretando na prática da automedicação nos animais (LEITE et al., 2006).

O emprego indiscriminado de medicamentos em animais, sem prescrição realizada por profissional habilitado, configura-se hoje como uma das barreiras enfrentadas pela medicina veterinária (LEITE et al., 2006).

A prática de automedicação e estender esta realidade aos animais de companhia é preocupante; na grande maioria dos casos há a administração de mais de um princípio ativo em um mesmo animal (SILVA et al., 2008).

Dessa forma, é frequente o registro nos consultórios, clínicas e hospitais veterinários de animais padecendo não apenas de doenças, mas também das consequências de "tratamentos" praticados por leigos, sem compromisso com a vida e o bem-estar do paciente (LEITE et al., 2006).

Há muitos anos os veterinários têm conhecimento de que as espécies respondem de maneira diferente a uma variedade de drogas. Temos como exemplo os felinos e os cães, que devido à similaridade entre eles as doses de medicamentos usadas em gatos são muitas vezes obtidas a partir daquelas recomendadas para cães. Embora essas indicações sejam frequentemente bem-sucedidas, deve-se ter em mente as variações da farmacocinética e do metabolismo de drogas entre as espécies, que são responsáveis pelas reações adversas, o que

neste caso o leigo as desconhecem (ARAÚJO; POMPERMAYER; PINTO, 2000).

Assim como em humanos, a automedicação é um ato extremamente danoso, pois pode mascarar ou impedir o diagnóstico correto de uma doença grave, podendo afetar negativamente em qualquer processo patológico e ainda provocar interações medicamentosas, reações adversas e possíveis intoxicações pelo mau uso dos medicamentos (MELLO et al., 2008).

Dados disponíveis no Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas revelam que 18,3% dos óbitos por intoxicação humana tiveram os medicamentos como agente causador, sendo que metade está relacionada à automedicação (VOSGERAU; SOARES; SOUZA, 2008). Na medicina veterinária inexistem estudos nesse sentido; desta forma, este trabalho foi realizado com o objetivo de fazer um levantamento sobre a prevalência da automedicação entre os casos atendidos na área de clínica médica de pequenos animais no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá - UNIC/MT

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um estudo observacional de corte transversal, que foi dividido em duas etapas. A primeira começou com a obtenção dos dados do paciente (resenha) e entrevista (anamnese) com o proprietário em sua chegada ao Hospital Veterinário (HOVET) da UNIC-Universidade de Cuiabá com objetivo de avaliar as doenças envolvidas nos pacientes do estudo, bem como se houve administração de medicamentos antes do atendimento e se os sinais clínicos se intensificaram ou não. A segunda etapa foi a avaliação dos questionários aplicados aos proprietários para que os objetivos específicos desta pesquisa fossem alcançados.

A pesquisa foi desenvolvida no período de fevereiro a novembro do ano de 2013. O instrumento de coleta de dados foi um questionário semi-estruturado, aplicado por residentes, docentes e internos do curso de Medicina Veterinária da Universidade de Cuiabá, treinados anteriormente para a aplicação do mesmo. Foram incluídos na pesquisa os proprietários de animais de estimação que após a explicação dos objetivos desta pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Dentre os 2085 prontuários de animais que deram entrada no Hospital Veterinário (HOVET) da UNIC-Universidade de Cuiabá no período supracitado, foi extraída amostra de prontuários de 336 animais, utilizada nas avaliações. O

tamanho da amostra foi definido de acordo com a fórmula:

$$n = \frac{1}{(0.005)^2} = 400$$

$$n = \frac{2085 \times 400}{2085 + 400} = 336$$

Os questionários continham as seguintes informações: raça, idade, se o animal era castrado, fármaco utilizado (classe farmacológica), peso, espécie, sexo, se o fármaco era indicado na literatura para os sinais clínicos observados (análise esta a ser feita posteriormente pelo médico veterinário, quem indicou a medicação para os animais, duração do tratamento, se o animal apresentou alguma melhora clínica, se foi observado algum efeito colateral, quais foram os principais sinais clínicos que os animais apresentavam, e localidade de origem do proprietário e animal.

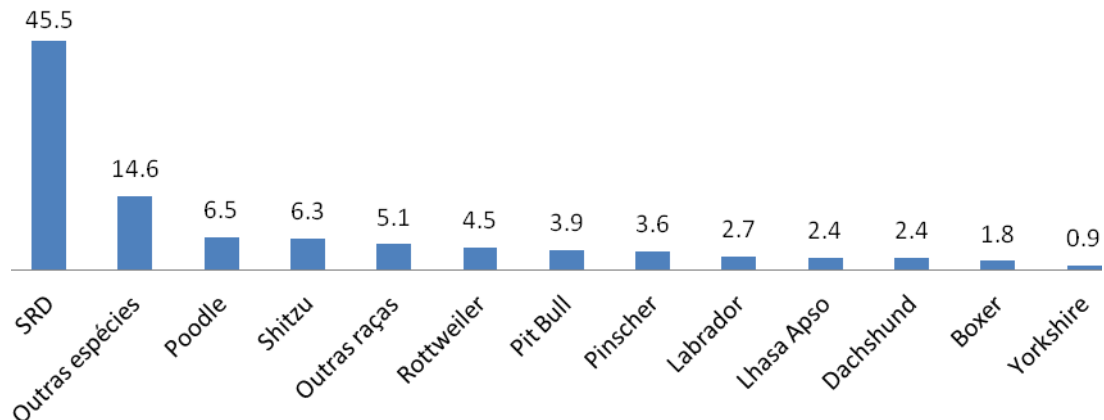
As observações foram descritas de acordo com as informações prestadas pelos proprietários dos animais avaliados.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, e após aprovado os objetivos deste estudo, a coleta de dados foi iniciada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das espécies avaliadas 45,5% eram cães sem raça definida (SRD), seguido das raças Poodle (6,5%) Shih tzu (6,3%); Pit Bull (3,9%); Pinscher (3,6%); Labrador (2,7%); Lhasa Apso (2,4%); Dachshund (2,4%); Boxer (1,8%); Yorkshire (0,9%). O valor de 5,1% inclui as demais raças caninas que foram atendidas (Pastor Belga, Pug, Husky Siberiano, Chow Chow, Fox Paulistinha, Akita, Samoieda, Bichon Frisé, Dálmata, Dogo Argentino), 14,6% incluem as outras espécies (Figura 1).

Figura 1. Porcentagem de animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC) de acordo com a raça, no período de fevereiro a novembro de 2013, cujos proprietários foram entrevistados.



Dos 336 animais da amostra, 35,7% tinham de 0 a 1 ano; 23,2% de 1 a 3 anos; 11,3% de 3 a 5 anos; 8,6% de 5 a 7 anos e 21,1% de 7 anos de idade ou mais. Posteriormente todos os proprietários foram questionados quanto à idade de cada animal. Segundo o estudo realizado por Bentubo et al. (2006), a longevidade de cães foi descrita em poucos países e os animais alcançaram uma idade média de sobrevivência de 9,9 anos. Foi observado também que há um aumento na sobrevivência média das populações caninas entre populações em que as medidas preventivas de controle dos fatores que interferem no envelhecimento são adequadas (Tabela 1).

Com relação à castração dos animais avaliados neste estudo, do total da amostra foram encontrados 117 animais castrados e 219 animais não castrados.

Tabela 1. Frequência absoluta e frequência relativa dos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), de acordo com a idade.

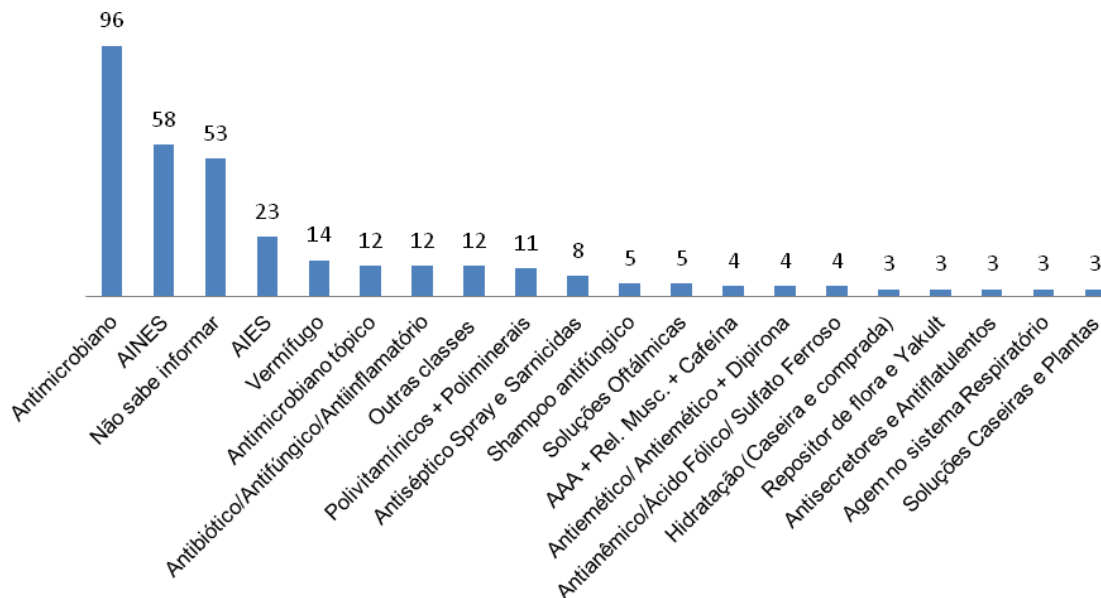
Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
0 a 1 ano	120	35.7
1 a 3 anos	78	23.2
3 a 5 anos	38	11.3
5 a 7 anos	29	8.6
7 anos ou mais	71	21.1
Total	336	100.0

O grupo de medicamentos mais utilizados foram os antimicrobianos com 96 casos relatados de administrações, seguido dos AINES com 58 casos relatados; AIES 23; vermífugos 14; antimicrobianos tópicos 12; polivitamínicos e poliminerais 11; antisséptico sprays e sarnicidas 8; shampoo antifúngico 5; soluções oftálmicas 5; associação com anti-inflamatórios e relaxantes musculares 4; antiemético associado

4; antianêmico 4; hidratação caseira ou comprada 3; repositor de flora e Yakult® 3; anti-secretores e anti-flatulentos 3; fármacos que agem no sistema respiratório 3; soluções caseiras e plantas 3. As demais classes de medicamentos apresentaram 12 casos (anti-sépticos renais, cicatrizantes, antidiarréicos e analgésicos opióides), 53 dos proprietários não souberam informar a classe administrada (Figura 2). Pelo relato dos proprietários que administraram medicamentos houve a presença de pelo menos uma classe terapêutica, em média, relatada por animal.

Segundo Vilarino (1998), a classe dos AINES configurou-se como os mais utilizados devido às enfermidades envolvidas e também a facilidade de aquisição. Já neste estudo, os antimicrobianos representaram a maior porcentagem de automedicação. Vale lembrar que esta classe desde 5 de maio de 2011 com a Resolução – RDC nº 20, que dispõe sobre os medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação há necessidade de presença de prescrição pelo profissional habilitado e a retenção da receita aviada. Essa implantação surgiu devido aos malefícios ocasionados como resistências de cepas bacterianas pelo mau uso.

Figura 2. Fármacos utilizados nos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro de 2013, cujos proprietários foram entrevistados.



O peso dos animais da amostra (n=336) variou entre 42,3% com 7 ou mais Kg, 19,3% de 3 a 5 Kg, 19,6% de 5 a 7 Kg; 15,2% de 1 a 3 Kg e 3,6% até 1 kg (Tabela 2). Na administração medicamentosa, a verificação do peso do animal é extremamente fundamental para que a dosagem e posologia sejam calculadas. Os mecanismos de ação de certos fármacos estão intimamente relacionados à quantidade correta do medicamento, para que haja a sua devida biodisponibilidade e que assim os efeitos terapêuticos sejam alcançados. Os proprietários que praticaram automedicação nesta pesquisa, quando questionados sobre a média de peso de seus animais, não souberam relatar de forma correta, evidenciando uma prática ineficiente e até mesmo arriscada para os animais de companhia.

Tabela 2. Frequência absoluta e frequência relativa dos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), de acordo com o peso.

Peso	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
7 ou mais	142	42.3
3 a 5 Kg	65	19.3
5 a 7 Kg	66	19.6
1 a 3 Kg	51	15.2
Até 1 Kg	12	3.6
Total	336	100.0

A maior prevalência de cães nesta pesquisa denota também a maior prevalência de automedicação nesta espécie. Uma pesquisa realizada por Alves et al. (2005) com o objetivo de estimar a população total de cães e a de gatos, visando ao melhor planejamento das ações de controle das doenças que envolvam esses animais no estado de São Paulo, apontou uma quantidade de 1,6 cães por domicílio e 1,8 de gatos. No estudo atual foi possível traçar um perfil da população atendida de acordo com a automedicação e também ter uma boa noção da prevalência de animais na região metropolitana de Cuiabá, fato importante, pois há poucos estudos epidemiológicos na literatura sobre dinâmica da população de cães e gatos.

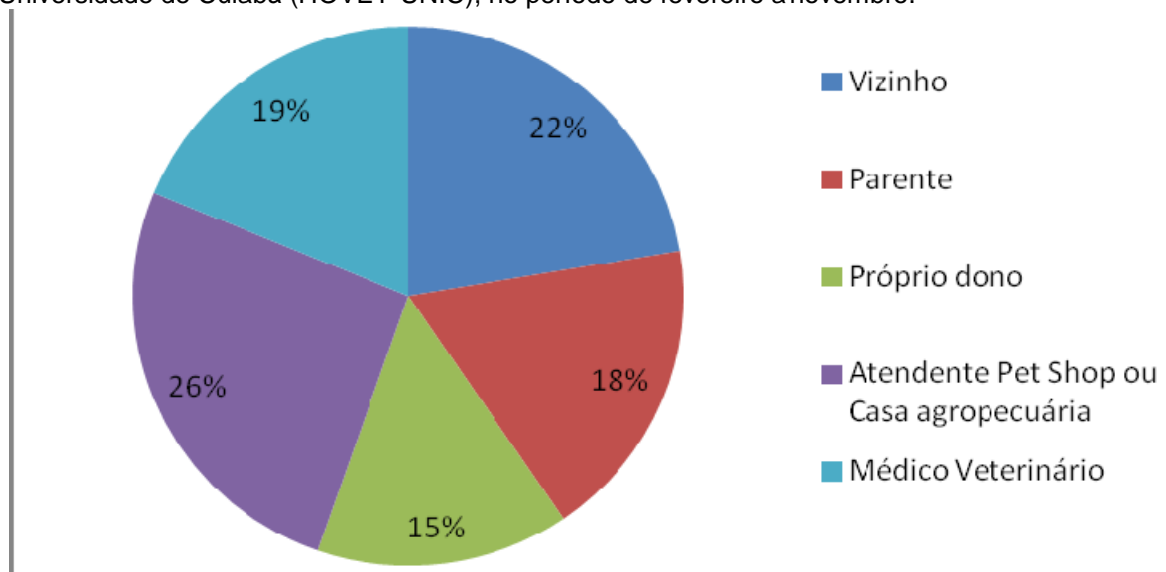
Com relação ao gênero dos animais automedicados, 175 eram fêmeas e 161 eram machos. Em 201 animais o sinal clínico apresentado coincidiu com a terapêutica adotada na literatura e em 135 animais “automedicados”, o tratamento não foi compatível com os sinais indicados na bibliografia especializada.

A administração medicamentosa através da observação dos sinais clínicos do animal é de responsabilidade única e exclusiva do profissional veterinário. Esta

prática estende-se aos animais, pois é altamente praticada pelos humanos, donos destes, sendo, portanto, um reflexo da automedicação realizada por uma grande parcela da população. As consequências desta prática em animais possuem mesmo grau de importância que em humanos, e somando-se a isto, há a utilização em animais de dosagens calculadas para humanos, não sendo observados nestes casos fatores que poderão, ao invés de auxiliar o animal a um prognóstico positivo, levá-los a desenvolver alguma reação adversa por conta de dosagens inapropriadas.

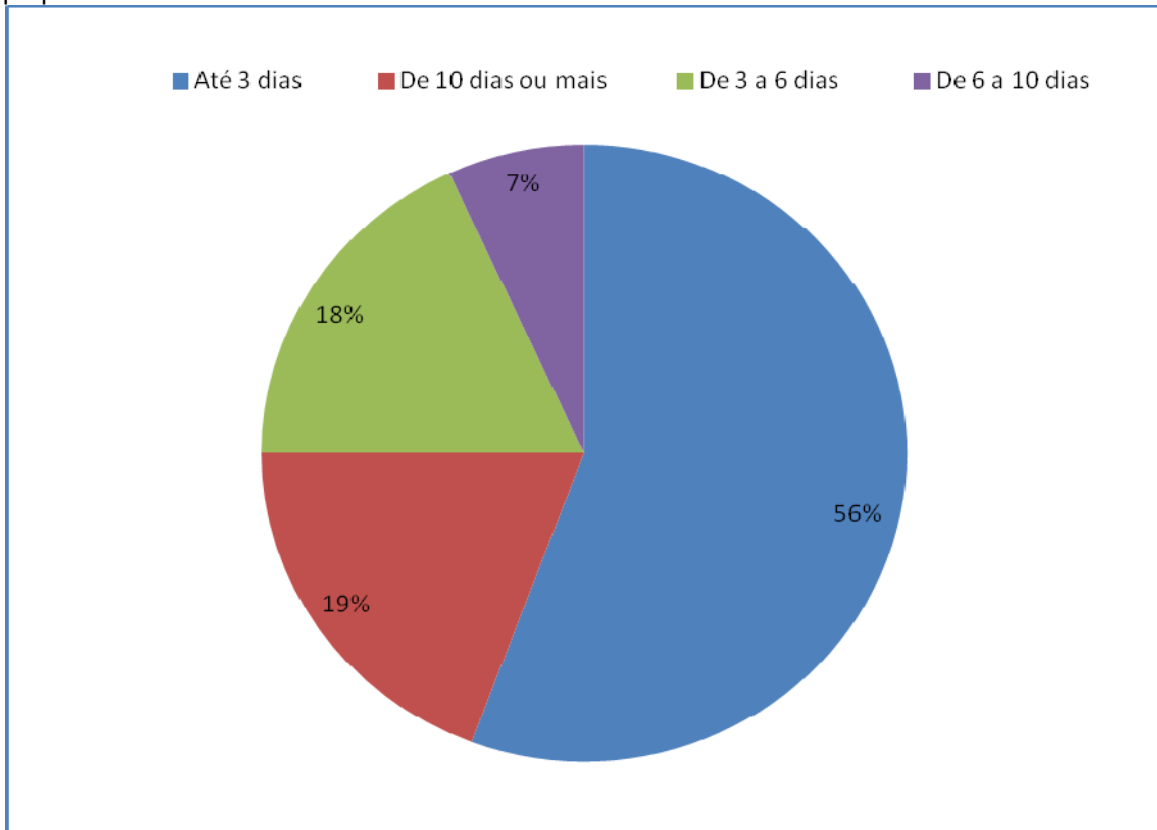
A automedicação é definida, segundo Vilarino (1998), como uso de medicamentos sem prescrição médica, em que o próprio paciente decide qual fármaco utilizar. Inclui nessa designação genérica a prescrição (ou orientação) de medicamentos por pessoa não habilitadas, como amigos, vizinhos, parentes, ou atendentes de farmácias, nesses casos também denominados de “exercício ilegal da medicina”. Nos resultados apresentados, observou-se um perfil da administração irracional de medicamentos aos animais de companhia antes da chegada ao HOVET de 26%, sendo realizados por atendente de pet shop ou casa agropecuária, 22% por vizinhos, 19% por médico veterinário, 18% parentes e 15% próprio proprietário (Figura 3). A administração dessas classes de medicamentos inclui não somente de uso veterinário, comprovando que os proprietários administraram também medicamentos destinados a humanos nos animais.

Figura 3. Indicação de medicamentos feita por vizinho, parente, próprio dono, atendente de pet shop ou casa agropecuária e médico veterinário aos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro.



A quantidade total de dias em que os proprietários administraram medicamentos com a ausência das informações de profissional habilitado, seguiu um padrão de 56% por até 3 dias, 19% por 10 dias ou mais, 18% de 3 a 6 dias e 7% administram de 6 a 10 dias (Figura 4). Vale lembrar que os medicamentos apresentam efeitos benéficos, mas quando administrados de forma irracional podem apresentar reações adversas letais ao indivíduo. Na medicina veterinária a população apresenta o hábito de, além da administração errônea com medicamentos de uso veterinário, utilizar também medicamentos de uso e dosagem de humanos.

Figura 4. Duração do tratamento realizado nos animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro de 2013, cujos proprietários foram entrevistados.



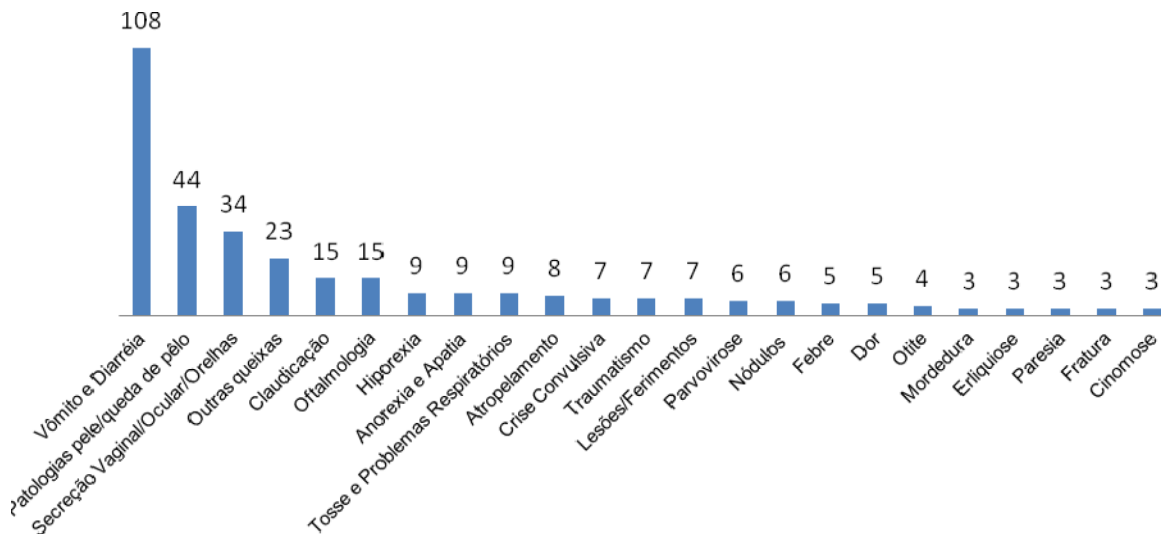
Com relação à melhora clínica observada nos animais “automedicados”, os proprietários relataram que 144 animais apresentaram melhora clínica e a maioria, 192 animais, não apresentaram melhora em seus sinais clínicos observados.

Sobre a reação adversa frente ao uso de medicamentos, 172 proprietários relataram ter observado a presença destes efeitos indesejáveis. Em 164 não houve relato de desenvolvimento de reações. A observação da ocorrência de reações

adversas também é um procedimento realizado por profissional habilitado. Desta forma, algumas reações/interações que porventura tenham ocorrido podem não ter sido relatadas quando o proprietário foi questionado.

As principais queixas que levaram os proprietários a buscarem tratamento foram casos de vômito e diarreia com 108 indicações; patologias que envolvem pêlos e pele com 44 casos; secreção vaginal, problemas oculares e de orelhas com 34 casos e 23 casos de outras queixas como neoplasias, edemas, hepatopatias, cegueira, entre outros (Figura 5). Segundo Musial, Dutra e Becker (2007), os sintomas mais comuns que resultam em automedicação em humanos são infecção respiratória alta, como espirros, congestão nasal, dificuldade respiratória, febre, dores de garganta, dores de cabeça no geral e enfermidades que envolvem o trato gastrintestinal, estendendo situação semelhante em alguns pontos para a medicina veterinária.

Figura 5. Principais queixas dos proprietários dos animais avaliados no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC), no período de fevereiro a novembro de 2013.



A preocupação com o crescente consumo de medicamentos prende-se ao fato de que a maioria causa efeitos colaterais, muitas vezes mais graves do que a própria doença original. Esse mau uso leva ao aumento de complicações evitáveis e ao custo desnecessariamente elevado para o tratamento de inúmeros problemas de saúde advindos da prática da automedicação. Há uma tendência do aumento da prevalência desta prática entre pessoas com maior grau de escolaridade, levando em conta que o conhecimento pode dar mais segurança a essa atividade. Não

podemos deixar de esclarecer que o contrário também acontece, ou seja, pessoas com menor grau de escolaridade também praticam esta atividade (DAMASCENO et al., 2007).

A maioria dos proprietários dos animais atendidos não informou o local onde residem; 45 residem em diferentes bairros como Carumbé, Campo Cabral, Coxipó, Jardim Aeroporto; 15 são do bairro Praieirinho; 15 do Residencial Avelino; 8 do bairro Boa Esperança; 6 do Parque Cuiabá; 5 do Novo Horizonte; 4 do Jardim Paulista; 4 do bairro Dom Aquino; 3 do bairro Coophamil; 3 do bairro CPA II; 3 do Parque Atibaia e 3 do São Sebastião (Tabela 3). A realidade do nosso levantamento foi de proprietários com menor grau de instrução praticando esta atividade, o que pode ser confirmado quando se observa os locais de moradia, que comprovam locais mais afastados do centro de Cuiabá-MT e que estão relacionados às classes sociais menos privilegiadas.

Tabela 3. Localidade onde vivem os animais atendidos no Hospital Veterinário da Universidade de Cuiabá (HOVET-UNIC).

<u>Localidade</u>	<u>Número de animais</u>
Localidade não definida	222
Outras localidades	45
Praieirinho	15
Residencial Avelino	15
Boa Esperança	8
Parque Cuiabá	6
Novo Horizonte	5
Jardim Paulista	4
Dom Aquino	4
Coophamil	3
CPA II	3
Parque Atalaia	3
São Sebastião Goib	3

REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. G. P.; MATOS, M. R.; REICHMANN, M. L.; DOMINGUEZ, M. H. Dimensionamento da População de Cães e Gatos do Interior do Estado de São Paulo. *Revista Saúde Pública*, v. 39, n. 6, p. 891-897, 2005.

ARAÚJO, C. I.; POMPERMAYER, G. L.; PINTO, S. A. Metabolismo de Drogas e Terapêutica no Gato: revisão. *Revista Clínica Veterinária*, v. 5, n. 27, p. 46-53, 2000.

BENTUBO, L. D. H.; TOMAZ, A. M.; BONDAN, F. B.; LALLO, A. M. Expectativa de

vida e causas de morte em cães na área metropolitana de São Paulo (Brasil). *Revista Ciência Rural*, v. 37, n. 4, p. 1021-1026, 2007.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC nº 20, de 5 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Informe_Tecnico_Procedimentos_RDC_n_20.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CLAYTON, D. B.; STOCK, N. Y. *Farmacologia na prática de enfermagem*. 15. ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2012.

DAMASCENO, D. D.; TERRA, S. F.; ZANETTI, V. H. H. et al. Automedicação entre graduandos de enfermagem, farmácia e odontologia da Universidade Federal de Alfenas. *REME – Revista Min. Enf.*, v. 11, n. 1, p. 48-52, 2007.

LEITE, C. L.; JÚNIOR, V. A. J.; CÍRIO M. S. et al. Prescrição de medicamentos veterinários por leigos: um problema ético. *Revista Acadêmica de Curitiba*, v. 4, n.4, p. 43-47, out./dez. 2006.

MELLO, F. P. S.; GAIRA, M. S.; KLEIN, N. et al. Incidência de automedicação em cães e gatos atendidos no hospital veterinário da PCRS de julho de 2007 a junho de 2008. *Uruguiana*, RS:[s.n.], 2008.

MUSIAL, C. D.; DUTRA, S. J.; BECKER, A. C. T. A automedicação entre os brasileiros. *SaBios Revista – Saúde e Biologia*, v. 2, n. 2, p. 5-8, 2007.

RIBEIRO, S. C. R.; SILVA, M. R. T.; FILHO, F. R. J. Medicamentos mais vendidos em farmácias veterinárias sem prescrição médica análise da bula. *Guaranhuns*, PE:[s.n.], 2009.

SILVA, A. V. A.; FONSECA, C. G. S.; ARRAIS, D. S. P.; FRANCELINO, V. E. Presença de Excipientes com Potencial para Indução de Reações Adversas em Medicamentos Comercializados no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 44, n. 3, 2008.

VILARINO, F. J.; SOARES, C. I.; SILVEIRA, M. C. et al. Perfil da Automedicação em Município do Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 32, n. 1, p. 43-49, 1998.

VOGESRAU, S. Z. M.; SOARES, A. D.; SOUZA, T. K. R. A automedicação entre adultos na área de abrangência de uma Unidade Saúde da Família. *Latin American Journal of Pharmacy*, v. 27, n. 6, p. 831-838, 2008.

5 CONCLUSÕES

- É alta a prevalência de automedicação em cães e gatos rotineiramente atendidos no Hospital Veterinário da UNIC – Universidade de Cuiabá/MT, assim como dados descritos em literatura de medicina.

- As principais causas de intoxicações medicamentosas em cães e gatos estão diretamente relacionadas com a automedicação, sendo os medicamentos indicados por terceiros ou por atitude do proprietário.

- É necessário mais estudos voltados à área, evitando tratamentos indevidos que levem ao agravamento do quadro clínico do animal e até mesmo ao óbito.